

discussão e esclarecimento

Quando Karl Heinz Bergmiller me convidou a escrever este livro, considerei a proposta irrecusável por vários motivos. Em primeiro lugar, devido à amizade, de mais de trinta anos. Depois, pela motivação para tentar reunir os elementos principais da obra de um dos profissionais mais consistentes do design brasileiro. Não há dúvida de que Bergmiller é um designer brasileiro. Vindo de fora, optou por um país difícil, complexo e contraditório, do qual, como nós, nativos, aprendeu a gostar e a sempre reclamar. Finalmente, outra ideia me ocorreu, um tanto curiosa: boa parte dessa história seria também a de parte de minha vida. Não apenas profissional, mas também pessoal, já que a amizade com Karl Heinz e Zulema é um privilégio de que Sílvia e eu desfrutamos desde a época de estudantes. Sendo assim, resolvi não adotar rigores de outras ocasiões. Aliás, não considero que, nessas outras ocasiões em que manifestei ideias por escrito, eu tenha sido um modelo de rigor acadêmico. Nunca o fui e não o serei, mas as próprias circunstâncias e os assuntos ali tratados impunham algum distanciamento, algum sentido crítico, alguma tentativa de imparcialidade, ao menos, ou de neutralidade. O que, afinal de contas, é uma ilusão: a neutralidade é característica dispensável, transformada em virtude por temerosos que se abrigam preferencialmente em espaços exclusivos, de onde sempre se furtam a entrar na vida.

Por coerência, decidi não assumir os cuidados de uma forma de expressão impessoal em que os infinitivos não flexionados assumem o comando da palavra. Afinal, como disse, esta história é parte de minha vida também. Resolvemos, Karl Heinz e eu, que este livro não seria uma biografia convencional. Deveria ser um trabalho entre outros que faríamos e, como tal, ele tentaria também contribuir para a discussão e o esclarecimento de algumas questões do design. Desde 1971, trabalhamos juntos, mas não pensamos estritamente da mesma forma. Há diferenças, até mesmo divergências, e talvez estas nos aproximem mais que aquelas. A principal convergência talvez esteja compreendida em duas palavras: **discussão** e **esclarecimento**. Nelas, acho que encontraremos algumas indicações não só do que é comum entre nós mas também de uma vertente, a meu ver, muito clara, de uma atitude no design: um racionalismo técnico, alguma coisa fortemente ligada ao velho e bom conceito do *design moderno*, que acreditou na técnica e na indústria como forma de avanço social e como forma de organizar trabalhos e esforços, para atingir uma situação melhor para a maioria das pessoas. Na discussão e no esclarecimento, encontram-se os elementos necessários ao que se pode chamar de *design paramétrico*.

O tempo nos está dizendo que talvez o design não seja tudo isso que imaginamos; provavelmente, aquilo que na minha juventude se chamou de **sistema** o correou, desvirtuou, desencaminhou. Outra ilusão, portanto. Se adotarmos esse raciocínio,

cometeremos o mesmo erro de tantas outras ocasiões: julgar sem ser julgado, considerar que existe culpa ou inocência como formas únicas e medíocres de existência produtiva intelectual e material. Ou, como disse Merleau-Ponty, a quem citarei neste livro sem nenhuma reserva, comete-se o “erro de julgar sem conhecer e furtar-se ao conhecimento para não ser julgado”.¹ Ele complementa, dizendo mais adiante, no texto em que analisou os problemas do comunismo na década de 1950 — o tempo do revisionismo —, que, mesmo uma atitude aparentemente crítica, “talvez [fosse] a obra-prima do comunismo: uma tomada de consciência quase à revelia do sujeito, uma revolução imperceptível, as vantagens de uma correção sem os inconvenientes da confissão”.² Acho que existem pontos de contato entre o *design moderno* e o comunismo. Não apenas contato temporal, mas principalmente nas atitudes, tanto positivas como negativas. Ambos apresentaram-se bastante dogmáticos, duros mesmo, em questões de princípios; ambos constituíram-se em concepções generosas quanto a objetivos sociais e humanistas. Mesmo quando dogmáticos, na aparência, nunca foram ideias unitárias e fechadas. Nunca o conseguiram, pois há muitas outras circunstâncias entre os extremos a que o senso comum recorre como forma de circunscrever a vida. E essas circunstâncias é que fazem realmente uma vida e todas as outras. Como o anarquista que, no final do século XIX, lançou-se em um café burguês parisiense com uma capa recheada de explosivos e, antes de mandar a si mesmo e os demais pelos ares, gritou: “não há inocentes”. Acho que, se não explodirmos os limites de uma discussão defensiva que acusa mais que argumenta, que enxerga em si a virtude e no outro o pecado, que limita dessa forma o progresso real, que é o das ideias, e não o material, de muito pouco terá valido uma vida. Por isso mesmo, não falaremos apenas do passado e nem só de histórias engraçadas ou circunstâncias triviais, mas de como fatos vividos e histórias, que podem ter sua graça ou não, interferem em projetos, em ideias, e podem tornar-nos um pouco melhores, mais lúcidos, mais esclarecidos.

Por outro lado, sob a mesma lógica, não se pode simplesmente assumir um encargo isolado de responsabilidade pelo individualismo e pela dissolução ideológica atuais. Dizer que “não há inocentes” significa apenas que somos todos responsáveis. Dizer que as ideologias acabaram, que não há mais nenhuma fronteira entre esquerda e direita, adotar a ideia do “Fim da História”³ é também o outro lado da moeda de uma falsa confissão. Periodicamente, tenta-se, através da mídia, impor a ideia de certa inutilidade ideológica. Cito um curto trecho de Paul Berman, da revista *Dissent* — classificada como de esquerda —, publicado na primeira página do jornal *Folha de S. Paulo*, em 8 de fevereiro de 2004: “Guerra do Iraque derruba conceitos de direita e esquerda. Quem está lutando no Iraque? A coalizão é liderada por um direitoista do Texas, o que é uma pena; mas no segundo escalão está o primeiro-ministro do Reino Unido, que é socialista — mais ou menos — e no terceiro, o presidente da Polônia, um comunista! Essas categorias, esquerda e direita, estão caindo por terra”.

Desde então, e a qualquer pretexto, anuncia-se que não há mais ideologias. Aonde se pretende chegar? E quando se deplorava, à época, que uma guerra fosse liderada exclusivamente por um “direitista do Texas”, qual era o sentido dessa objeção? Quinze anos antes, Norberto Bobbio (1909–2004)⁴ tinha dito que as questões de duas ideologias nebulosas que se enfrentaram por mais de cinquenta anos — e

que transformaram nossas vidas em um inferno durante aquele período — poderiam ter desaparecido. Até mesmo nós, o supostamente pacífico e cordial povo brasileiro, participamos dessa questão, chamada por Raymond Aron de “Guerra Fria”.⁵ Bobbio dissera também que a desapareição não revogava, em nenhuma hipótese, a motivação daquele enfrentamento, pois continuavam a existir os problemas originais de desequilíbrio social e econômico. Dizia ainda que, certamente, continuavam também a existir pessoas que se alinhavam contra esses desequilíbrios e outras que tinham interesse em sua manutenção. Sendo assim, não imagino um alinhamento incondicional entre o *design moderno* e a forma mais radical do pensamento social progressista estabelecido durante o século XX. Mas há, com certeza, uma grande permeabilidade entre essas duas ideias contemporâneas de si mesmas. Há ainda em comum entre elas o fato de, constantemente, os setores citados por Bobbio, interessados, desde sempre, na manutenção das circunstâncias favoráveis ao desequilíbrio, proclamarem, sempre que possível, ou a sua morte ou a sua superação. Afirmam que morreu o pensamento social; logo, tudo o que um dia nele encontrou motivação e inspiração também deveria ser extirpado ou arquivado em seus museus intelectuais, “as academias”, — talvez as únicas instituições em que essa preocupação menor, do seu ponto de vista, ainda faça algum sentido.

Ao que parece, esse seria um quadro de derrota do pensamento social e da ideia de progresso. Ele é falso, mas não exclui a hipótese de que algumas concepções que tomaram como fundamento ideias mais restritas venham enfrentando problemas bastante complexos. Não foi em nome do progresso, da quantidade transformada em qualidade, do produtivismo e da larga escala de produção, do **mais e melhor**, que conseguimos comprometer, em menos de cem anos, integralmente o meio ambiente, todas as formas mais amenas e humanas de nossos ordenamentos sociais, todas as crenças e até mesmo a fé em um futuro melhor?

Nesse aspecto reside outra afinidade que tem permitido trabalho e amizade ao longo de tanto tempo: a esperança — ainda que esse termo possa parecer antitético a quem quer ser racional, lógico e sistemático — de que uma discussão democrática possa contribuir tanto para o esclarecimento próprio quanto para o esclarecimento geral. Karl Heinz sempre disse, brincando, que nunca aprendeu português por minha causa: eu sempre dizia e escrevia o que ele pensava. Talvez, em parte, isso esteja correto. Mas, como já disse, há mais ideias entre duas concepções, entre duas formas de entender e usar a vida, que as concebidas apenas nas próprias mentes ou naquilo que se escreve. A principal diferença talvez esteja na índole de cada um de nós. Se um é pragmático o outro não o é; se um é idealista o outro é um profissional do pessimismo, e assim por diante. Bergmiller é, de fato, um idealista pragmático. O pessimismo corre cá por minha conta. Agora, diante da ideia de escrever este livro e da forma pela qual resolvemos fazê-lo, ocorre-me que a verdadeira afinidade já estava definida muito antes do que se considerou, até aqui, apenas como circunstâncias políticas mais recentes. Ela se encontrava numa vertente filosófica, se assim quisermos, que se inicia no “Grande Racionalismo”⁶ apontado por Merleau-Ponty. Um conjunto de concepções de vida que estabeleceram relações entre interior e exterior, que admitiram a coexistência entre metafísica e ciência. Seus conceitos eram artifícios

intelectuais amplos, porém precisos, como o chamado “Infinito Positivo”.⁷ Não separavam ou identificavam como realidades distintas as ciências puras ou aplicadas. O Grande Racionalismo teve como expoentes Leibniz, Spinoza e Descartes. Depois, a explicação do ser pela ciência transformou-se no principal objetivo do pensamento racionalista. A metafísica foi transformada em inimiga da ciência e a cada explicação científica seguiu-se a comemoração de uma derrota de suas ideias. As orientações científicas e racionalistas passaram, durante muito tempo e paradoxalmente, a se preocupar mais com tais fatos que com sua natureza, valorizando mais os equívocos do suposto inimigo que suas próprias virtudes. Situaram a razão como objetivo maior e generalizaram-na, implantando-a em sua arte, em sua literatura, em suas construções e em suas bandeiras. Tudo o que não era racional tornou-se suspeito e, desse modo, razão transformou-se de preferência em argumentação política mais do que em instrumento do espírito. Transformou-se também, contraditoriamente, em mito, pois sua precisão era tão difícil quanto era fácil a possibilidade de sua adjetivação e tipificação.

Mesmo a ideia de razão não permaneceu unitária. Paradoxalmente, o próprio pensamento científico trabalhava contra tal hipótese e a filosofia, atividade que muitos imaginam restrita a poucas mentes privilegiadas ou inúteis, encarregou-se de reaproximar a ciência do Ser, assim como as mentes científicas avançadas não se furtaram a tal movimento, abrindo-se para a filosofia, retomando talvez os únicos princípios sobre os quais se pode ter alguma clareza, os ideais humanistas que nos dizem sempre que a individualidade não será nunca a predominância do individualismo e que o valor da solidariedade é, com certeza, o ponto de partida para qualquer crítica consequente e um progresso real. Antonio Gramsci,⁸ político e pensador marxista italiano, outro a quem recorrerei sem reservas neste livro, já dissera que todo homem é afinal um filósofo, ou seja, traz em si uma concepção de vida. Nas sociedades, apenas preponderam aqueles cuja principal tarefa é analisar e criticar essas concepções. É nesse aspecto que identifico o ponto de partida para a relação pessoal e profissional possível entre duas concepções de vida diferentes.

Não somos filósofos profissionais. Não somos o que Gramsci chamou de um setor orgânico, responsável pela crítica e formulação de concepções de vida, assim como não somos também cientistas. Vivemos e operamos na área vasta da criação formal por meio da técnica que abrange muito mais que o design. Pensamos que essa área não é restrita a uma simples tarefa material. Imaginamos proclamar-nos funcionais, sistemáticos, paramétricos, operativos e tantos outros adjetivos que nos identifiquem como pessoas de nosso tempo. O que acontece quando muitos desses adjetivos deixam de pertencer ao tempo presente? Envelhecemos junto com eles? Devemos calar-nos diante da proclamação de sua desapareição, assumir seu desuso como uma espécie de ostracismo voluntário? Novas ilusões, dessa vez, pelo menos, a nosso favor: as ideias não morrem ou desaparecem mesmo quando se tenta extirpá-las à força.

Abra-se um jornal conservador, caso exista algum que não o seja, e leiam-se reportagens sobre as reuniões do Fórum Econômico Mundial. Mais importante que as decisões tomadas, e sabemos que nenhuma o foi, pois não há tal necessidade, são as notícias sobre os protestos liderados, invariavelmente, como diz essa imprensa,

por grupos ambientalistas e, surpresa, anarquistas. Mas esse perigo já não havia sido liquidado no início do século XX? Afinal capitalismo e comunismo já não haviam concordado que, com efeito, no anarquismo residia uma ameaça ao verdadeiro, ao essencial para suas diferentes propostas de ordenamento social? A propriedade sempre foi a base da ideia tanto de uma como de outra concepção; discordaram, sim, quanto a sua abrangência, quanto a aspectos relativos à predominância do Estado ou da livre iniciativa, eufemismo cujo significado era, por bem dizer, a apropriação do Estado por grupos determinados. A ausência da propriedade seria de fato uma ameaça à hegemonia dos grupos que, em uma ou outra forma de ordenamento social, sempre a usaram como slogan, como bandeira ideológica para suas plateias, e como forma de manutenção e exercício do poder na vida prática, aquela que, segundo eles, prescinde da filosofia. Não foi por acaso que Joseph Conrad⁹ relatou, em sua novela *O Informante*, a história de um anarquista disposto a explodir o observatório de Greenwich, imaginando com isso lançar o mundo em uma confusão total, pois desapareceria a sua referência de tempo como um conceito inumano, algo que se mede entre duas pinças e não como uma existência. Outro *slogan*? Outra atitude proclamatória? Sim, mas que conduziria a outro tipo de reflexão, a uma atitude crítica e não à simples aceitação das convenções como algo inevitável e estabelecido. Esse é, por exemplo, o fenômeno que ocorre com a ideia da globalização, a todos imposta como inevitável, que procura afinal nos convencer de que é possível haver apenas uma, e não mais do que uma, forma de existência cultural. Isso nos parece ser o ponto máximo da arrogância política, estágio final da ideologia da propriedade estabelecida por ambas as faces de sua moeda ideológica: capitalismo e comunismo.

E eis que, quando se trata de contestar essa forma exclusiva e discriminatória, ressurtem do nada os perigosos grupos anárquicos, jovens, outra vez, pois os velhos já haviam sido eliminados por execuções em massa, como na velha União Soviética, ou por processos exemplares, como os de Sacco e Vanzetti¹⁰ nos Estados Unidos. Esse fenômeno apenas reflete outra pequena diferença entre eles: o poder da imprensa livre, essa outra ilusão que busca nos convencer de que, em uma sociedade livre, a opinião pública será autônoma e independente; ao passo que, em regimes totalitários, não o será. A verdadeira diferença é quantitativa. Enquanto em uma sociedade totalitária serão necessárias várias execuções e encarceramentos para convencer a todos dos perigos do pensamento crítico, nas sociedades democráticas a livre imprensa poderá encarregar-se desse trabalho a um custo menor. Talvez nessa construção possamos identificar a verdadeira origem do terror que, nos tempos atuais, é atribuído apenas a grupos minoritários que querem manter suas diferenças no Ocidente e a toda uma cultura milenar e diferente da nossa no Oriente Médio. Em última instância, o terror é uma consequência do exercício de um poder, e todo poder termina sendo esquizofrênico.

Pedro Luiz Pereira de Souza. Rio de Janeiro, 2010.

notas | discussão e esclarecimento

1. MERLEAU-PONTY, MAURICE. *Signes*. (Paris: Gallimard, 1958; *Sinais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1991).

2. Ibid.

3. A teoria do **Fim da História** foi inicialmente postulada por Georg Wilhelm Friedrich Hegel ainda no século XIX. Para o filósofo alemão, o fim da história é alcançado pela emancipação dos homens, ao atingirem um estágio de equilíbrio e igualdade. A história nessa concepção é progressiva e linear, ou seja, faz avanços em relação aos períodos anteriores. A tese de Hegel foi retomada e se popularizou pelas palavras do economista político Francis Fukuyama, que, em 1989, publicou no *The National Interest*, o ensaio intitulado “The End of History?”. Importante figura do governo Ronald Reagan, Fukuyama defende a ideia de que a história chegou ao fim com a queda do Muro de Berlim e o fim dos antagonismos. Para ele, o liberalismo político e econômico ocidental venceu o comunismo e o socialismo. A sociedade, com isso, atingiu seu ápice com a exaustão de todas as alternativas viáveis de modelos políticos. A história da humanidade foi, dessa forma, coroada com o capitalismo e a democracia burguesa, a solução final de governo. A evolução sociocultural humana chegou ao fim.

4. **Norberto Bobbio** (1909–2004). Itália. Filósofo político, historiador do pensamento político e senador vitalício. Socialista liberal, Bobbio sempre manteve uma atitude crítica diante do autoritarismo, permanecendo como uma voz incômoda tanto para a direita, quanto para a esquerda comunista. Para ele, a diferença entre direita e esquerda é que a primeira está a favor de interesses satisfeitos com o *status quo*, submetida a uma desigualdade considerada impossível de mudar. Já a esquerda é composta por aqueles que acreditam na possibilidade de mudar o mundo, de criar uma sociedade menos injusta. Em seu livro *Destra e sinistra. Ragioni e significati di una distinzione politica*, 2009, ele faz uma definição inicial: “Direita e esquerda são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universal ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivos no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla, como veremos melhor a seguir, uma doutrina ou movimento pode ser apenas ou de direita ou de esquerda.”

5. Entre o final da Segunda Guerra Mundial [1945] e a extinção da União Soviética [1991] aconteceu a chamada “**Guerra Fria**”. Apesar de não ter sido um período homogêneo, foi reunido em um padrão único pelos constantes confrontos entre as duas superpotências que emergiram dessa guerra: Estados Unidos e União Soviética. Alguns podem, inclusive, considerar que se tratou de uma Terceira Guerra Mundial, já que, como disse o filósofo Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na

batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida”. Os dois países entraram em confronto pelos modelos de sociedade que acreditavam – no caso dos EUA, o capitalismo, e no, da URSS, o socialismo. Durante meio século, a sombra de uma batalha nuclear global acompanhou uma geração inteira, com medo de que a humanidade pudesse ser dizimada a qualquer momento. Na realidade, a guerra nas vias de fato aconteceu, longe dos territórios de ambos os países, nas chamadas zonas de influência. As superpotências passaram a disputar poder de influência política, econômica e ideológica em todo o mundo, colocando seus exércitos para batalhar em guerras regionais. Os conflitos mais conhecidos do período são a Guerra da Coreia [1950–1953], a Guerra do Vietnã [1962–1975], a Crise dos Mísseis [1962].

6. Merleau-Ponty chamou de “**Grande Racionalismo**” as formulações filosóficas de Leibniz, Spinoza e Descartes que antecederam as chamadas Grandes Revoluções, ou seja, a Revolução Americana, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. O Grande Racionalismo compreendia concepções de vida amplas e generosas, capazes de tentar uma apreensão global dos aspectos subjetivos e espirituais da vida, assim como seus aspectos objetivos e materiais. Foi importante para essas formulações a construção de um conceito filosófico chamado de Infinito Positivo, uma hipótese que afirmava a possibilidade da junção de todos esses aspectos num ponto determinado ou numa circunstância, ainda que não existentes. Havia, portanto, na essência desse racionalismo, um apelo a um tipo de fé e de crença, e assim, um espaço também para a dúvida, questões para as quais não haveria respostas simples e imediatas.

7. O “**Infinito Positivo**” é analisado por Merleau-Ponty diretamente ligado ao conceito de Grande Racionalismo. Para ele, as formulações filosóficas de Leibniz, Spinoza e Descartes só foram possíveis graças a esse artifício, que era capaz de admitir a coexistência da razão e da metafísica sem que uma condenasse a outra, como posteriormente aconteceu no desenvolvimento do Racionalismo Ocidental. O conceito foi criado por esses filósofos para contornar uma incômoda necessidade então presente: provar ou não a existência de Deus. O Infinito Positivo pode ser considerado uma crença ou uma construção idealizada, importante na época, pois permitiu seguir adiante na construção da racionalidade moderna em um momento em que as demandas religiosas ainda eram muito presentes e atuantes.

8. **Antonio Gramsci** (1891–1937). Itália. Filósofo e cientista político. Uma das principais referências do pensamento de esquerda no século XX. Cofundador do Partido Comunista Italiano, militou ao lado de Palmiro Togliatti e Amadeo Bordiga, a quem sucedeu na liderança do partido em 1926. Elegeu-se deputado em 1924 e, além das atividades jornalísticas, passou também a exercer forte crítica de oposição parlamentar ao fascismo. Foi preso em 1926 e libertado condicionalmente em 1934. Durante sua prisão escreveu suas reflexões e teses políticas, publicadas posteriormente com o título de *Cadernos do cárcere*. Considerado um dos principais escritores marxistas, foi chamado por Palmiro Togliatti de “o primeiro marxista

italiano verdadeiro, completo e consequente”. Crítico de todas as concepções metafísicas e idealistas do marxismo, Gramsci centrou seu trabalho teórico no problema de uma concepção de mundo radicalmente nova. Identificava a realidade com o fazer humano, mas não um fazer abstrato e idealista. Procurou definir um fazer concreto, econômico e produtivo (a práxis), no qual se resolvessem as relações orgânicas entre a natureza e os próprios homens. Em sua obra criticou as deformações fatalistas e mecanicistas do marxismo. A ideia da práxis, segundo Gramsci, tinha particular importância para a evolução dos conceitos de operacionalismo e experimentação, formuladas na perspectiva liberal e democrática de John Dewey, por exemplo. Demonstrou que um verdadeiro materialismo histórico não poderia excluir fatores morais e políticos e a influência das superestruturas e das ideias. Estudou também a função dos intelectuais na organização da cultura, defendendo a tese de que eles não eram uma entidade autônoma. Tivessem ou não consciência disso, eram porta-vozes de grupos que tinham uma função no mundo da produção e deviam reconhecer-se como preenchendo uma função de classe. Foram importantes suas reflexões sobre o ensino, a escola, os problemas pedagógicos, as instituições culturais em geral, o jornalismo e o diletantismo dos intelectuais. Exerceu forte influência na formulação de um pensamento à esquerda no campo do desenho industrial, conforme declarou Tomás Maldonado.

9. **Joseph Conrad** (1857–1924). Ucrânia. Escritor. Nasceu na cidade de Berdichev, dominada na época pela Rússia czarista. Aos 16 anos, órfão, criado por um tio, Conrad viajou para Marselha, na França, onde se tornou marinheiro. Durante quase vinte anos esteve no mar conhecendo diversos lugares em todo o mundo. Essa experiência foi determinante para sua literatura, fornecendo extenso material para suas histórias. Em 1894, deixou a carreira marítima para se dedicar apenas aos livros. Entre os mais importantes estão *Lord Jim*, 1900, e *O Coração nas trevas*, 1902.

10. **Nicola Sacco** (1891–1927) e **Bartolomeo Vanzetti** (1888–1927) foram imigrantes anarquistas italianos condenados à pena de morte e executados nos Estados Unidos, na década de 1920. Acusados de homicídio, ambos foram conduzidos à cadeira elétrica sem provas conclusivas. O julgamento foi baseado na onda nacionalista conservadora vivida na época pelo país, na qual estrangeiros pobres anarquistas/comunistas não eram bem vindos. Cinquenta anos depois, em 23 de agosto de 1977, o governador de Massachusetts, Michael Dukakis, de forma pública e oficial, declarou Sacco e Vanzetti inocentes dos crimes pelos quais foram condenados.